Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Sexta-feira, 7 de junho de 2024

Ipiranga Agroindustrial S.A.

CNPJ nº 07.280.328/0001-58

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de março de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais

Ativo/Circulante	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Caixa e equivalentes de caixa	9	999.355	325.687	1.077.731	433.358
Contas correntes - Cooperativa	10	122.391	212.347	122.391	212.347
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		36.202	77.413	41.539	78.290
Estoques	11	77.726	78.340	77.726	78.340
Ativo biológico	12	427.562	418.656	427.562	418.656
Adiantamentos a fornecedores		16.748	10.770	27.352	10.770
Empréstimos à terceiros		–	13.230	–	13.230
Dividendos a receber	13	2.679	4.007	–	–
Impostos a recuperar		16.106	15.766	17.253	16.854
IR e CS correntes		58.861	52.340	57.651	52.340
Total do ativo circulante		1.757.630	1.208.556	1.849.205	1.314.185
Não circulante					
Aplicações financeiras	9	–	–	7.808	3.601
Depósitos judiciais	23	82.306	64.466	82.306	64.466
Instrumentos financeiros derivativos	28	39.382	21.522	39.382	21.522
Empréstimos a terceiros		8.788	21.558	8.788	21.558
Impostos a recuperar		17.217	15.079	17.317	15.161
		147.693	122.625	155.601	126.308
Outros investimentos		8.043	8.043	8.043	8.043
Investimentos	13	509.251	448.480	155.414	164.709
Imobilizado	14	2.079.668	1.808.320	2.351.233	1.992.019
Intangível		3.595	3.501	3.705	3.694
Direito de uso	15	1.674.622	1.192.548	1.610.668	1.117.709
Total do ativo não circulante		4.422.872	3.583.517	4.284.664	3.412.482
Total do ativo		6.180.502	4.792.073	6.133.869	4.726.667

Passivo/Circulante	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fornecedores	16	142.393	138.272	144.698	137.960
Parcerias agrícolas e arrendamentos a pagar	15	118.192	227.905	110.487	220.701
Financiamentos - Cooperativa	18	4.945	–	4.945	–
Financiamentos	19	312.053	254.988	312.620	255.558
Obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos	17	47.729	53.136	49.729	59.201
Salários e férias a pagar		38.738	33.942	38.862	34.406
Impostos e contribuições a recolher		3.558	4.397	3.304	5.959
Total do passivo circulante		667.608	712.640	664.645	713.785
Não circulante					
Parcerias agrícolas e arrendamentos a pagar	15	1.745.063	1.137.565	1.676.172	1.060.446
Financiamentos - Cooperativa	18	22.673	25.533	22.673	25.533
Financiamentos	19	1.191.328	902.391	1.197.117	908.740
Instrumentos financeiros derivativos	28	1.776	1.776	1.776	1.776
Obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos		94.143	146.774	108.143	146.774
Mútuo - Cooperativa		11.351	12.613	11.351	12.613
Passivo fiscal diferido	20	489.668	358.171	495.100	362.390
Total do passivo não circulante		3.556.002	2.584.823	3.512.332	2.518.272
Patrimônio líquido	24				
Capital social		676.003	676.003	676.003	676.003
Reservas de lucros		236.236	213.575	236.236	213.575
Reserva de reavaliação		29.665	31.441	29.665	31.441
Ajustes de avaliação patrimonial		(22.832)	(30.977)	(22.832)	(30.977)
Lucros a destinar		1.037.820	604.568	1.037.820	604.568
Total do patrimônio líquido		1.956.892	1.494.610	1.956.892	1.494.610
Total do passivo		4.223.610	3.297.463	4.176.977	3.232.057
Total do passivo e patrimônio líquido		6.180.502	4.792.073	6.133.869	4.726.667

Demonstrações de resultados

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita operacional líquida	25	2.405.417	1.964.633	2.466.322	2.038.582
Mudança no valor justo do ativo biológico	12	4.909	(39.172)	4.909	(39.172)
Custo dos produtos vendidos	26	(1.765.994)	(1.588.777)	(1.761.547)	(1.585.368)
Lucro bruto		644.332	336.684	709.684	414.042
Despesas comerciais	26	(21.716)	(11.185)	(21.716)	(11.185)
Despesas administrativas e gerais	26	(40.713)	(35.129)	(41.026)	(35.231)
Outras receitas operacionais líquidas	26	145.623	66.606	140.696	66.246
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		727.526	356.976	787.638	433.872
Receitas financeiras	27	141.891	84.335	153.472	95.027
Despesas financeiras	27	(324.791)	(276.028)	(317.989)	(269.305)
Resultado financeiro líquido		(182.900)	(191.693)	(164.517)	(174.278)
Resultado da equivalência patrimonial		93.184	145.490	22.394	58.848
Resultado antes dos impostos		637.810	310.773	645.515	318.442
IR e CS correntes	20	(53.085)	–	(59.576)	(6.542)
IR e CS diferidos	20	(131.497)	(36.964)	(132.711)	(38.091)
		(184.582)	(36.964)	(192.287)	(44.633)
Resultado do exercício		453.228	273.809	453.228	273.809

Demonstrações de resultados abrangentes

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Resultado do exercício	453.228	273.809	453.228	273.809
Outros resultados abrangentes:				
Ajuste de conversão e *hedge* reflexa de coligada	9.054	4.339	9.054	4.339
Resultado abrangente total	462.282	278.148	462.282	278.148

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reservas Legal	Reservas Retenção de lucros	Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros a destinar	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de março de 2022		676.003	71.995	128.003	33.238	(34.422)	341.645	–	1.216.462
Ajuste de conversão e *hedge* reflexa de coligada	13	–	–	–	–	4.339	–	–	4.339
Realização do custo atribuído	24 c)	–	–	–	(1.797)	(894)	–	2.691	–
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	–	273.809	273.809
Destinações:									
Reserva legal	24 b)	–	13.577	–	–	–	–	(13.577)	–
Reserva de lucros	24 b)	–	–	–	–	–	262.923	(262.923)	–
Saldo em 31 de março de 2023		676.003	85.572	128.003	31.441	(30.977)	604.568	–	1.494.610
Ajuste de conversão e *hedge* reflexa de coligada	13	–	–	–	–	9.054	–	–	9.054
Realização do custo atribuído	24 c)	–	–	–	(1.776)	(909)	–	2.685	–
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	–	453.228	453.228
Destinações:									
Reserva legal	24 b)	–	22.661	–	–	–	–	(22.661)	–
Reserva de lucros	24 b)	–	–	–	–	–	433.252	(433.252)	–
Saldo em 31 de março de 2024		676.003	108.233	128.003	29.665	(22.832)	1.037.820	–	1.956.892

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		453.228	273.809	453.228	273.809
Ajustado por:					
Depreciação e amortização	14	405.091	354.011	407.715	359.133
Valor residual do imobilizado baixado	14	8.515	9.732	8.517	9.732
Mudança no valor justo do ativo biológico	12	(4.909)	39.172	(4.909)	39.172
Consumo de ativo biológico	12	418.656	352.632	418.656	352.632
Amortização do direito de uso de arrendamento	15	256.919	306.096	246.034	296.269
IR e CS diferidos	20	131.497	36.964	132.710	38.091
IR e CS correntes	20	–	–	–	6.542
Resultado da equivalência patrimonial	13	(93.184)	(145.490)	(22.394)	(58.848)
Juros sobre financiamentos bancários e cooperativa	18 e 19	133.077	111.151	133.285	111.046
Juros sobre obrigações a pagar por aquisições de participações	17	(153)	4.581	(153)	4.581
Variação monetária de obrigações a pagar por aquisições ativos	17	(6.219)	7.272	(6.219)	7.272
Juros sobre parcerias agrícolas e arrendamentos a pagar	15	103.150	99.074	95.658	91.921
Instrumentos financeiros derivativos	28	(17.860)	(18.611)	(17.860)	(18.611)
Variação dos ativos e passivos					
Contas correntes - Cooperativa		89.956	(70.167)	89.956	(70.167)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		41.211	(62.096)	36.751	(61.071)
Estoques		614	(27.147)	614	(27.147)
Adiantamentos a fornecedores		(5.978)	1.178	(16.582)	1.178
Impostos a recuperar		(2.478)	(8.765)	(2.555)	(8.781)
Depósitos judiciais		(17.840)	(16.822)	(17.840)	(16.822)
Empréstimos a terceiros		26.000	13.916	26.000	13.916
Intangível		(94)	–	(11)	–
Fornecedores		4.121	866	6.738	58
Salários e férias a pagar		4.796	5.043	4.456	5.439
Impostos e contribuições a recolher		46.204	(1.536)	50.738	(1.260)
Contas a pagar - Partes relacionadas		7.791	(1.913)	4.446	(1.910)
IR e CS pagos		(49.681)	(20.425)	(54.821)	(26.967)
Pagamento de juros sobre financiamentos bancários e cooperativa	18 e 19	(108.139)	(76.755)	(108.351)	(76.685)
Pagamento de juros sobre obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos	17	(21.964)	(11.923)	(15.806)	(7.507)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.802.327	1.153.847	1.848.001	1.235.015
Fluxo de caixa de atividades de investimentos					
Aumento de capital	13	(64.794)	(6.259)	–	(2.904)
Dividendos recebidos	13	99.798	138.485	36.297	34.012
Aquisição de ativos biológicos	12	(422.653)	(401.518)	(422.653)	(401.518)
Aplicações financeiras		–	–	(4.207)	(3.601)
Aquisição de intangível		–	–	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.072.603)	(803.491)	(1.166.009)	(916.549)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos					
Financiamentos - Cooperativa tomados	18	–	–	–	–
Pagamentos de financiamentos - Cooperativa	18	(1.982)	(3.490)	(1.982)	(3.490)
Financiamentos bancários tomados	19	470.000	350.000	470.000	350.000
Pagamentos de financiamentos bancários	19	(148.752)	(134.976)	(149.311)	(135.350)
Financiamentos de obrigações a pagar por aquisições de ativos	17	10.122	20.654	10.122	20.654
Pagamentos de obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos	17	(39.824)	(53.622)	(36.047)	(51.973)
Pagamentos de parcerias agrícolas e arrendamentos a pagar	15	(344.358)	(367.897)	(329.139)	(354.736)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(56.056)	(190.019)	(37.619)	(175.583)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		673.668	160.337	644.373	142.883
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	325.687	165.350	433.358	290.475
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	999.355	325.687	1.077.731	433.358
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		673.668	160.337	644.373	142.883

Nota: As transações não caixa estão divulgadas como informação suplementar na nota explicativa 35.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A Companhia Ipiranga Agroindustrial S.A. ("Companhia" e/ou "Grupo"), sediada na cidade de Iacanga - SP, é uma sociedade anônima, de capital fechado, e tem como objetivo social a fabricação de etanol e açúcar nas suas diversas especificações, comercializados através da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo ("Cooperativa"), comércio, importação e exportação, inclusive de derivados, praticando todas as operações, principais e acessórias, relacionadas com tal atividade, a exploração rural e mineral, exploração de lavouras de cana-de-açúcar e culturas intercalares em terras próprias, arrendadas e/ou em regime de parceria, co-geração de energia termoelétrica e venda de energia no mercado, podendo prestar serviços rurais e assistência técnica, além de participar de outras sociedades em qualquer ponto do território nacional. A Companhia possui três filiais produtivas localizadas nas cidades de Descalvado e Mococa no estado de São Paulo e Passos no estado de Minas Gerais. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12 a 18 meses para maturação e o período de colheita inicia-se geralmente entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente de oferta e demanda normais do mercado. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano. **2. Entidades do grupo:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Controladora Ipiranga Agroindustrial S.A. e das seguintes controladas:

	País	Participação 2024	Participação 2023
Controladas diretas			
Ipiranga Bioenergia Iacanga S.A.	Brasil	99,99%	99,99%
Ipiranga Bioenergia Mococa S.A.	Brasil	99,99%	99,99%
Ipiranga Bioenergia Descalvado S.A.	Brasil	99,99%	99,99%
Ipiranga Agrícola Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
Ipiranga Bioenergia Mococa II S.A.	Brasil	99,99%	99,99%

Adicionalmente, a Companhia possui o seguinte investimento em coligada:

Coligada	País	Participação 2024	Participação 2023
Controladas diretas			
Copersucar S.A.	Brasil	7,5129%	7,5578%

Veja política contábil na nota explicativa 7(a). **2.1 Ipiranga Bioenergia Iacanga S.A.:** Controlada com sede na Fazenda Nova s/nº, Rod. Cezário de Castilho KM 400+800 mts Setores A e B, zona rural, caixa postal 41, CEP 17180-000 na cidade de Iacanga, Estado de São Paulo, que tem como objeto social a geração de energia termoelétrica e venda de energia no mercado. Em 27 de maio de 2019, os acionistas da Ipiranga Bioenergia S.A., mediante Assembleia Geral Extraordinária, deliberaram pela alteração da denominação social da Controlada, que passou a denominar-se Ipiranga Bioenergia Iacanga S.A. **2.2 Ipiranga Bioenergia Mococa S.A:** Controlada com sede na Fazenda Santa Emília s/nº, Rod SP-338, KM 287 Setores A e B, zona rural, caixa postal 301, CEP 13730-971 na cidade de Mococa, Estado de São Paulo, que tem como objeto social a geração de energia termoelétrica e venda de energia no mercado. **2.3 Ipiranga Bioenergia Descalvado S.A.:** Em 15 de julho de 2020 a Ipiranga Bioenergia Descalvado S.A. foi constituída por seus fundadores e subscritores Ipiranga Agroindustrial S.A., com sede na Fazenda Boa Vista Grande s/nº, Rod Guilherme Scatena, KM 22 Setores A e B, zona rural, caixa postal 41, CEP 13690-000 na cidade de Descalvado, Estado de São Paulo, que tem como objeto social a geração de energia termoelétrica e venda de energia no mercado. **2.4 Ipiranga Agrícola Ltda.:** Em 01 de outubro de 2020 a Ipiranga Agrícola Ltda. foi constituída por seus fundadores e subscritores Ipiranga Agroindustrial S.A., com sede na Fazenda Santa Edwirges, localizada na Estrada Mococa/Tambaú, KM 08 cx. Postal 301 também no Município de Mococa Estado de São Paulo, CEP 13.730-971, que tem como objeto social a exploração agrícola, incluindo mas não se limitando ao cultivo de: cana de açúcar, soja, cereais, oleaginosas e outras plantas de lavouras temporárias em terras próprias ou em de terceiros. **2.5 Ipiranga Bioenergia Mococa II S.A.:** Em 06 de setembro de 2021 a Ipiranga Bioenergia Mococa II S.A. foi constituída por seus fundadores e subscritores Ipiranga Agroindustrial S.A., com sede na Fazenda Santa Emília s/nº, Rod SP-338, KM 287 Setores A1 e B1, zona rural, caixa postal 301, CEP 13730-971 na cidade de Mococa, Estado de São Paulo, que tem como objeto social a geração de energia termoelétrica e venda de energia no mercado. **3. Base de preparação: a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 29 de maio de 2024. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia e suas controladas, estão apresentadas na nota explicativa nº 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: **• Nota explicativa nº 15** - prazo do arrendamento: se a Companhia e suas controladas têm razoável certeza de exercer opções de prorrogação. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 7.i (iii) -** Vida útil do ativo imobilizado; **• Nota Explicativa nº 12 -** Ativo biológico - O ativo biológico é mensurado ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos; **• Nota explicativa nº 15** - Taxa de desconto aplicada no CPC 06 (R2) - Arrendamentos; e **• Nota explicativa nº 23** - Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. ***(i) Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **• Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **• Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado *(inputs* não observáveis). A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 12** - Ativo biológico; e **• Nota explicativa nº 28** - Instrumentos financeiros. **5. Mudanças nas principais políticas contábeis:** A Companhia e suas controladas adotaram a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de abril de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota explicativa 7 - Políticas contábeis materiais (2023: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações. **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:** A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32 a partir de 1º de abril de 2024). As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de desmontagem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do exercício comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, uma Companhia aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do exercício mais antigo apresentado. Em 31 de março de 2024, em sua avaliação a Companhia não identificou possíveis impactos relacionados da adoção dessa norma. **Imposto mínimo complementar global:** A Companhia analisou a Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de março de 2024 em qualquer jurisdição em que a Companhia opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **6. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; • Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo; e • Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda. **7. Políticas contábeis materiais:** A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Base de consolidação:** ***(i) Controladas:*** A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio de método de equivalência patrimonial. ***(ii) Investimentos em coligadas:*** O investimento na entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionados das mudanças após a aquisição da participação societária. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das coligadas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia passa a reconhecer o investimento a valor justo. O investimento mantido na Copersucar S.A. é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data-base da Companhia conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. ***(iii) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Descrição dos principais procedimentos de consolidação: • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas; • Eliminação das participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas; e • Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as companhias. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados. **b. Receita operacional:** ***Venda de bens:*** A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia e suas controladas, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto. As receitas de vendas de açúcar e etanol auferidas pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação as demais cooperadas, em conformidade com as orientações contábeis constante do Parecer Normativo CST nº 66, de 05 de setembro de 1986, que refletem as práticas contábeis adotadas no Brasil. A receita de venda de energia e vapor é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa na sua realização. **c. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem: • Juros sobre aplicações financeiras; • Juros ativos e passivos repassados pela Cooperativa; • Ganhos e perdas com derivativos; • Tarifas bancárias; e • Despesas com juros sobre financiamentos. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **d. Moeda estrangeira:** ***Transações em moeda estrangeira:*** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. **e. Benefícios a empregados:** ***(i) Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **f. IR e CS:** O IR e a CS do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para IR e 9% sobre o lucro tributável para CS sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de IR e base negativa de CS, limitada a 30% do lucro tributável anual. Para as Empresas Ipiranga Bioenergia Iacanga S.A., Ipiranga Bioenergia Mococa S.A., Ipiranga Bioenergia Descalvado S.A., Ipiranga Bioenergia Mococa II S.A. e Ipiranga Agrícola Ltda. as bases de cálculo do IR e da CS são apuradas mediante a aplicação dos percentuais de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, segundo as regras de apuração pelo regime de lucro presumido. O IR foi apurado á alíquota de 15% mais adicional de 10% (para o excedente de R$ 240 anual) e a CS à alíquota de 9%. A despesa com IR e CS compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(i) Imposto corrente:*** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. ***(ii) Imposto diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo de IR e CS diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de IR e CS diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **g. Ativo biológico:** O ativo biológico refere-se às plantações de cana-de-açúcar que é mensurado pelo valor justo, excluindo o terreno sobre o qual é plantado, de acordo com o método de fluxo de caixa descontado. Para a cana-de-açúcar, a Companhia utiliza os fluxos de caixa futuros descontados a valor presente e são projetados de acordo com o ciclo de produtividade projetado para cada colheita, levando-se em consideração a vida útil estimada dos ativos, os preços do açúcar total recuperável, produtividades estimadas e os custos estimados relacionados à produção, colheita, carregamento e transporte para cada hectare plantado. Mudanças nos valores justos entre os períodos, bem como em sua amortização, são alocadas na Demonstração do resultado na rubrica Custo dos produtos vendidos. **h. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. O custo da cana-de-açúcar transferido do ativo biológico é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte. **i. Imobilizado:** ***(i) Reconhecim

→★ continuação

integrante do sistema da Cooperativa, possui direitos sobre esses créditos, os quais serão reconhecidos à medida que a Cooperativa reconheça as obrigações de repasse junto a Companhia. Paralelamente, a Companhia e suas controladas impetraram mandado de segurança objetivando afastar as exigências de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre as parcelas que lhe cabem da verba indenizatória em questão, por objetivar ressarcir danos suportados no passado. Em dezembro de 2019 a Companhia recebeu a segunda parcela do primeiro Precatório e também a primeira parcela do segundo Precatório, valor indenizado no montante de R$ 23.447 (R$ 8.428 em 31 de março de 2019 referente a primeira parcela do primeiro Precatório). Em 30 de setembro de 2020 a Companhia recebeu a terceira parcela do primeiro Precatório e também a segunda parcela do segundo Precatório, valor indenizado no montante de R$ 24.983. Em 29 de setembro de 2021 e 05 de outubro de 2021 a Companhia recebeu a quarta parcela do primeiro Precatório e também a terceira parcela do segundo Precatório no montante de R$ 27.065. Em 10 de outubro de 2022 e 17 de outubro de 2022 a Companhia recebeu a quinta parcela do primeiro Precatório e também a quarta parcela do segundo Precatório no montante de R$ 31.015. Os valores foram registrados na rubrica de outras receitas operacionais na demonstração do resultado, líquido de impostos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL). Em 13 e 14 de julho de 2023 a Companhia recebeu a sexta parcela do primeiro Precatório e também a quinta parcela do segundo Precatório no montante de R$ 48.189. Em 13 de março de 2024 a Companhia recebeu a sexta parcela do segundo Precatório no montante de R$ 33.021. Em 20 de março de 2024 a Companhia recebeu a parcela única do Precatório no montante de R$ 39.784. Os valores foram registrados na rubrica de outras receitas operacionais na demonstração do resultado, líquido de impostos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL).

11. Estoques:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Produtos acabados	7.993	9.665
Estoque Cbios	28.742	16.586
Almoxarifado	40.991	52.089
	77.726	78.340

Os produtos acabados referem-se a açúcar e etanol e estão à disposição da Cooperativa para comercialização. Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização. Veja política contábil na nota explicativa 7 (h). **RenovaBio - CBIOs:** Em 31 de março de 2024, a Companhia possuía 412 mil CBIOs emitidos, sendo 24 mil referente a safra anterior. A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. A mensuração a valor justo desses Créditos de Descarbonização ("CBIOs") na data das demonstrações financeiras foi registrado como estoque em contrapartida de outras receitas operacionais. **Sobre o Renovabio:** Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio da compra de CBIOs, ativo financeiro negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões. **12. Ativo biológico:** A movimentação do ativo biológico encontra-se detalhada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de março de 2022	**408.942**
Adição de tratos culturais	401.518
Diminuição devido ao consumo	(352.632)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(39.172)
Saldo em 31 de março de 2023	418.656
Adição de tratos culturais	422.653
Diminuição devido ao consumo	(418.656)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	4.909
Saldo em 31 de março de 2024	427.562

Lavoura de cana-de-açúcar: As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. O valor justo dos ativos biológicos é calculado utilizando o fluxo de caixa descontado da safra em formação, uma vez que não existe mercado ativo para esse produto agrícola. A mensuração é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela Administração da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas à produtividade, rentabilidade, preços e taxa de desconto. Abaixo demonstramos as principais premissas que foram utilizadas na determinação do valor justo por meio do fluxo de caixa descontado:

	2024	2023
Área estimada de colheita (hectares)	105.800	89.097
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	80,77	69,85
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	135,05	135,90
Preço do Kg de ATR - R$/Kg	1,2028	1,1707

Em 31 de março de 2024, os fluxos de caixa foram descontados por 8,43% a.a. (7,55% a.a. em 31 de março de 2023) que é o WACC (*Weighted Average Capital Cost* - Custo Médio Ponderado do Capital) da Companhia. As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade nos setores de etanol e açúcar e, consequentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras, aumentando ou reduzindo o volume de colheita. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período de colheita anual de cana na região Centro-Sul do Brasil geralmente começa entre abril e maio, e termina entre novembro e dezembro. Isso cria variações de estoques, que geralmente encontram-se mais elevados em novembro e dezembro, para cobrir as vendas na entressafra (dezembro a abril) e um grau de sazonalidade no lucro bruto, que tende a ser menor no último trimestre do ano fiscal (outubro a dezembro). **Análise de sensibilidade do valor justo:** A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2024, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R$ 43.726 no valor justo do ativo biológico. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em um aumento ou redução de R$ 41.307 no valor justo do ativo biológico. Veja política contábil na nota explicativa 7 (g). **13. Investimentos:** Veja política contábil na nota explicativa 7 (a). A movimentação dos investimentos na controladora está apresentada a seguir:

	Ipiranga Bioenergia Iacanga S.A.	Ipiranga Bioenergia Mococa S.A.	Ipiranga Bioenergia Mococa II S.A.	Ipiranga Bioenergia Descalvado S.A.	Ipiranga Agrícola Ltda.	Copersucar S.A.	Total
Saldos em 31 de março de 2022	**79.450**	**82.052**	**3**	**3**	**136.041**	**132.630**	**430.179**
Dividendos recebidos	(43.413)	(46.053)	–	–	(10.302)	(34.012)	(133.780)
Dividendos a receber	(1.550)	(1.792)	(3)	–	(662)	–	(4.007)
Resultado de equivalência patrimonial	32.638	37.722	70	–	16.212	58.848	145.490
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	–	–	–	–	–	4.339	4.339
Aporte de capital	–	–	3.355	–	–	2.904	6.259
Saldos em 31 de março de 2023	**67.125**	**71.929**	**3.425**	**3**	**141.289**	**164.709**	**448.480**
Dividendos recebidos	(29.457)	(34.044)	–	–	–	(36.297)	(99.798)
Reversão de dividendos	–	–	–	–	662	–	662
Dividendos a receber	(1.682)	(983)	(14)	–	–	–	(2.679)
Resultado de equivalência patrimonial	33.647	20.703	304	–	16.136	22.394	93.184
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	–	–	–	–	–	9.054	9.054
Outras movimentações	–	–	–	–	–	(4.446)	(4.446)
Aporte de capital	–	–	11.794	–	53.000	–	64.794
Saldos em 31 de março de 2024	**69.633**	**57.605**	**15.509**	**3**	**211.087**	**155.414**	**509.251**

Informação sobre os investimentos na Copersucar S.A.: A Copersucar S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem a exclusividade na comercialização dos volumes de açúcar e etanol produzidos pelas unidades produtoras sócias e que inclui a Ipiranga Agroindustrial S.A, localizadas nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás, gerenciando todos os elos da cadeia de açúcar e etanol, desde o acompanhamento da safra no campo até os mercados finais, incluindo as etapas de armazenamento, de transporte e de comercialização. Além de um modelo de negócios considerado único no setor sucroenergético, a Copersucar S.A. estruturou também um modelo de governança corporativa transparente, incorporando as melhores práticas do mercado. A Ipiranga Agroindustrial S.A é uma unidade produtora de açúcar e etanol, acreditamos neste modelo de negócio como uma visão integrada das operações e resultados complementares. Atualmente, membros da Administração da Ipiranga Agroindustrial S.A, representam a Companhia nas decisões das políticas operacionais, financeiras e estratégicas da Copersucar S.A., através da participação no Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Governança. Assim, o investimento na Copersucar S.A. é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial uma vez que a Companhia exerce influência significativa em sua administração. Os percentuais de participação, os saldos patrimoniais e de resultado das controladas e o resultado de equivalência, incluindo a coligada estão apresentados a seguir:

31 de março de 2023	Percentual de participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total de ativos	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total de passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Efeito no resultado da controladora
Ipiranga Bioenergia Iacanga S.A.	99,99%	44.878	25.882	70.760	2.515	1.119	3.634	67.126	32.640	32.638
Ipiranga Bioenergia Mococa S.A.	99,99%	51.177	29.943	81.120	2.842	6.349	9.191	71.929	37.722	37.722
Ipiranga Bioenergia Mococa II S.A.	99,99%	3.484	–	3.484	57	–	57	3.427	70	70
Ipiranga Bioenergia Descalvado S.A.	99,99%	3	–	3	–	–	–	3	–	–
Ipiranga Agrícola Ltda.	100,00%	14.191	128.149	142.340	7.067	–	7.067	135.273	13.934	16.212
Copersucar S.A.	7,55%	12.150.290	3.461.080	15.611.370	7.035.666	6.394.554	13.430.220	2.181.150	679.403	58.848
										145.490

31 de março de 2024	Percentual de participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total de ativos	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total de passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Efeito no resultado da controladora
Ipiranga Bioenergia Iacanga S.A.	99,99%	49.512	24.577	74.089	3.375	1.083	4.458	69.631	33.647	33.647
Ipiranga Bioenergia Mococa S.A.	99,99%	31.687	33.796	65.483	2.089	5.789	7.878	57.605	20.703	20.703
Ipiranga Bioenergia Mococa II S.A.	99,99%	10.618	5.064	15.682	172	–	172	15.510	304	304
Ipiranga Bioenergia Descalvado S.A.	99,99%	3	–	3	–	–	–	3	–	–
Ipiranga Agrícola Ltda.	100,00%	2.759	216.149	218.908	16.266	–	16.266	202.642	13.707	16.136
Copersucar S.A.	7,5129%	13.350.873	3.294.013	16.644.887	9.452.536	5.098.896	14.551.432	2.068.334	297.785	22.394
										93.184

14. Imobilizado:

Controladora	Imóveis	Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Outros	Lavoura de cana	Total
Custo										
Saldo em 31 de março de 2022	**165.554**	**5.046**	**1.004.617**	**338.198**	**20.447**	**18.240**	**12.233**	**6.269**	**1.632.946**	**3.203.550**
Adições	5.476	–	116.865	117.503	4.499	2.497	11.509	221	313.648	572.218
Baixas (i)	–	–	(1.257)	(19.438)	(202)	–	–	–	–	(20.897)
Transferências	3.309	–	37.556	–	–	(17.123)	(23.742)	–	(8.484)	(8.484)
Saldo em 31 de março de 2023	**174.339**	**5.046**	**1.157.781**	**436.263**	**24.744**	**3.614**	**–**	**6.490**	**1.938.110**	**3.746.387**
Adições	518	6	164.890	55.067	3.003	37.206	–	974	423.290	674.832
Baixas	–	–	(207)	(18.559)	(14)	–	–	–	–	(18.780)
Transferências	720	–	678	122	–	(1.520)	–	–	(8.810)	(8.810)
Saldo em 31 de março de 2024	**175.577**	**5.052**	**1.323.142**	**472.893**	**27.733**	**39.300**	**–**	**7.464**	**2.352.590**	**4.393.629**
Depreciação acumulada										
Saldo em 31 de março de 2022	**(24.342)**	**(1.816)**	**(475.074)**	**(119.134)**	**(12.788)**	**–**	**–**	**(5.718)**	**(964.830)**	**(1.603.702)**
Depreciações do exercício	(4.045)	(165)	(149.666)	(29.186)	(1.828)	–	–	(772)	(168.350)	(354.012)
Baixas	–	–	631	10.406	126	–	–	–	–	11.163
Transferências	–	–	–	–	–	–	–	–	8.484	8.484
Saldo em 31 de março de 2023	**(28.387)**	**(1.981)**	**(624.109)**	**(137.914)**	**(14.490)**	**–**	**–**	**(6.490)**	**(1.124.696)**	**(1.938.067)**
Depreciações do exercício	(4.112)	(166)	(150.112)	(34.324)	(2.392)	–	–	(974)	(213.011)	(405.091)
Baixas	–	–	73	10.184	8	–	–	–	–	10.265
Transferências	–	–	–	–	–	–	–	–	8.810	8.810
Saldo em 31 de março de 2024	**(32.499)**	**(2.147)**	**(774.148)**	**(162.054)**	**(16.874)**	**–**	**–**	**(7.464)**	**(1.328.897)**	**(2.324.083)**
Valor líquido contábil										
Em 31 de março de 2023	145.952	3.065	533.672	298.349	10.254	3.614	–	–	813.414	1.808.320
Em 31 de março de 2024	143.078	2.905	548.994	310.839	10.859	39.300	–	–	1.023.693	2.079.668

Consolidado

Ipiranga Agroindustrial S.A.	Imóveis	Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total	Lavoura de cana	Total
Custo										
Saldo em 31 de março de 2022	**295.951**	**5.046**	**1.069.141**	**338.198**	**20.540**	**23.142**	**12.233**	**1.764.251**	**1.632.946**	**3.397.197**
Adições	11.640	–	118.890	117.503	4.499	2.647	11.509	266.688	313.648	580.336
Baixas	–	–	(1.887)	(19.438)	(202)	–	–	(21.527)	–	(21.527)
Transferências	3.462	–	38.865	–	–	(18.585)	(23.742)	–	(8.484)	(8.484)
Saldo em 31 de março de 2023	**311.053**	**5.046**	**1.225.009**	**436.263**	**24.837**	**7.204**	**–**	**2.009.412**	**1.938.110**	**3.947.522**
Adições	85.518	6	167.667	55.067	3.017	37.560	3.321	352.156	423.290	765.324
Baixas	–	–	(492)	(18.559)	(14)	–	–	(19.065)	–	(19.065)
Transferências	720	–	678	122	–	(1.520)	–	–	(8.810)	(8.810)
Saldo em 31 de março de 2024	**397.291**	**5.052**	**1.392.862**	**472.893**	**27.840**	**43.244**	**3.321**	**2.342.503**	**2.352.590**	**4.684.971**
Depreciações acumulada										
Saldo em 31 de março de 2022	**(25.717)**	**(1.817)**	**(493.154)**	**(119.133)**	**(12.849)**	**–**	**–**	**(652.670)**	**(964.830)**	**(1.617.500)**
Depreciações do período	(4.267)	(166)	(154.477)	(29.186)	(1.835)	–	–	(189.931)	(168.350)	(358.281)
Baixas	–	–	1.261	10.406	127	–	–	11.794	–	11.794
Transferências	–	–	–	–	–	–	–	–	8.484	8.484
Saldo em 31 de março de 2023	**(29.984)**	**(1.983)**	**(646.370)**	**(137.913)**	**(14.557)**	**–**	**–**	**(830.807)**	**(1.124.696)**	**(1.955.503)**
Depreciações do período	(4.334)	(166)	(153.481)	(34.324)	(2.399)	–	–	(194.704)	(213.011)	(407.715)
Baixas	–	–	358	10.184	6	–	–	10.548	–	10.548
Transferências	–	–	–	–	–	–	–	–	8.810	8.810
Saldo em 31 de março de 2024	**(34.318)**	**(2.149)**	**(799.493)**	**(162.053)**	**(16.950)**	**–**	**–**	**(1.014.963)**	**(1.328.897)**	**(2.343.860)**
Valor Liquido Contábil										
Em 31 de março de 2023	281.069	3.063	578.639	298.350	10.280	7.204	–	1.178.605	813.414	1.992.019
Em 31 de março de 2024	362.973	2.903	593.369	310.840	10.890	43.244	3.321	1.327.540	1.023.693	2.351.233

(i) Em 31 de dezembro de 2021 conforme Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra de Imóvel Rural foi realizado a venda de fazendas da Companhia para os acionistas indiretos e controladores a seguir: Barra Grande Administração e Empreendimentos Ltda., Agate Administração e Participações Ltda., ATT Agrícola e Participações Ltda., Cristiano Mazza Tittoto, Matheus Mazza Tittoto, Juliana Mazza Tittoto Carvalho, Luiz Cunali Defilippi e Eduardo Cunali Defilippi.

a. Bens dados em garantia: A Companhia e suas controladas cedeu determinados bens do ativo imobilizado em garantia de operações de financiamentos no valor de R$ 69.714 (R$ 82.110 em 31 de março de 2023). **b. Valor recuperável do ativo imobilizado:** Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e 2023 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação. **15. Direito de uso, parceria agrícola e arrendamentos a pagar:** A movimentação do direito de uso está apresentada a seguir:

Controladora	31/03/2024		31/03/2023
Ativos de direito de uso:		**Ativos de direito de uso:**	
1º de abril de 2023	1.192.548	1º de abril de 2022	1.282.875
Novos contratos	523.711	Novos contratos	23.967
Depreciação	(256.919)	Depreciação	(306.096)
Remensuração (i)	215.282	Remensuração	191.802
31 de março de 2024	**1.674.622**	**31 de março de 2023**	**1.192.548**
Consolidado	**31/03/2024**		**31/03/2023**
Ativos de direito de uso:		**Ativos de direito de uso:**	
1º de abril de 2023	1.117.709	1º de abril de 2022	1.208.606
Novos contratos	523.711	Novos contratos	9.573
Depreciação	(246.034)	Depreciação	(296.270)
Remensuração (i)	215.282	Remensuração	195.800
31 de março de 2024	**1.610.668**	**31 de março de 2023**	**1.117.709**

(i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço da CONSECANA - Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo aplicado nos contratos de arrendamentos e parcerias agrícolas. A movimentação dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar está apresentada a seguir:

Controladora		Passivo de Arrendamento:	
1º de abril de 2023	1.365.470	1º de abril de 2022	1.418.524
Novos contratos	523.711	Novos contratos	23.967
Despesas financeiras	103.150	Despesas financeiras	99.074
Pagamentos	(344.358)	Pagamentos	(367.897)
Remensuração	215.282	Remensuração	191.802
31 de março de 2024	1.863.255	**31 de março de 2023**	1.365.470
Circulante	118.192	**Circulante**	227.905
Não circulante	1.745.063	**Não circulante**	1.137.565
Consolidado		**Passivo de Arrendamento:**	
1º de abril de 2023	1.281.147	1º de abril de 2022	1.338.590
Novos contratos	523.711	Novos contratos	9.573
Despesas financeiras	95.658	Despesas financeiras	91.920
Pagamentos	(329.139)	Pagamentos	(354.736)
Remensuração	215.282	Remensuração	195.800
31 de março de 2024	1.786.659	**31 de março de 2023**	1.281.147
Circulante	110.487	**Circulante**	220.701
Não circulante	1.676.172	**Não circulante**	1.060.446

(i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço da CONSECANA aplicado nos contatos de arrendamento e parceria agrícola. A taxa incremental média ponderada de empréstimos aplicada ao passivo de arrendamento em 31 de março de 2024 foi de 10,25% a.a. (9,63% a.a. em 31 de março de 2024). Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no curto e longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Vencimentos	Controladora	Consolidado
Ano/Safra		
2024/2025	356.019	339.593
2025/2026	331.069	314.974
2026/2027	288.607	272.512
A partir de 2027	2.340.137	2.269.950
Ajuste a valor presente	(1.452.577)	(1.410.370)
Total	**1.863.255**	**1.786.659**

16. Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores de bens e serviços	83.696	115.376	85.077	115.064
Fornecedores de cana-de-açúcar	59.697	22.896	59.621	22.896
	142.393	138.272	144.698	137.960

Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar levam em consideração a cana-de-açúcar entregue e ainda não paga, bem como o complemento de preço calculado com base no preço final de safra. É válido ressaltar ainda que o aumento dos fornecedores de bens e serviços refere-se a aumento de máquinas e equipamentos para pagamento na safra 2024/2025. A exposição da Companhia e de suas controladas para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores está divulgada na nota explicativa nº 28. Veja política contábil na nota explicativa 7 (j).

17. Obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a pagar por aquisição de ações próprias (i)	92.585	115.926	92.585	115.926
Contas a pagar por aquisição de ativos (ii)	49.287	83.984	65.287	90.049
	141.872	199.910	157.872	205.975
Passivo circulante	47.729	53.136	49.729	59.201
Passivo não circulante	94.143	146.774	108.143	146.774

(i) O saldo a pagar corresponde a aquisição de parte das ações de ND3 Bioenergia Ltda. em 31 de outubro de 2016, corrigido pela variação do índice de ATR - Açúcar Total Recuperado divulgado pelo CONSECANA e será pago em 11 parcelas com vencimento da última parcela em 03 de novembro de 2026. E parte corresponde a aquisição pela Companhia em 22 de novembro de 2018 das ações da A.P.B.C. Agropecuária Ltda. pelo preço fixado em dólar, sendo certo que em nenhuma hipótese a taxa poderá ser inferior a R$ 3,24, e será pago em 11 parcelas com vencimento da última parcela em 25 de novembro de 2028. (ii) Em 30 de novembro de 2020, conforme contrato de venda e compra foi adquirido o imóvel rural Fazenda São Benedito II, localizada no Mato Grosso do Sul, com 1.755,8577 hectares, conforme Escritura de Compra e Venda pelo valor total de R$ 73.997, que corresponde a 1.040.000 sacas de sojas, tendo como forma de pagamento: a. Pagamento inicial no montante de R$ 15.000, correspondente a 133.333 sacas de soja, que já foi realizado; b. Pagamentos anuais em 5 parcelas com primeira parcela na quantidade de 74.667 sacas de soja, em abril de 2021, segunda e terceira parcelas de 200.000 sacas de soja cada em abril de 2022 e 2023, respectivamente, quarta parcela de 212.000 sacas de soja em abril de 2024 e a última parcela de 220.000 sacas de soja em abril de 2025. Em 31 de março de 2022 o saldo a pagar está atualizado pelo valor justo. O efeito da atualização do valor justo futuro, apesar de transitar na demonstração do resultado, somente terá efeito no caixa da Companhia quando do vencimento e liquidação das parcelas futuras. Após a aquisição da Fazenda São Benedito II foi realizado contrato de Compromisso de Permuta com a Fazenda Morrinhos Gleba A, localizada em Tambaú com uma área de 1.917,5569 hectares, sabendo-se que pela Permuta não haverá pagamento de qualquer torna, sendo realizada de forma pura e simples, em Abril de 2023 foi efetuado o pagamento amortizando 24MM. A exposição da Companhia e de suas controladas para os riscos de moeda e de crédito relacionados a obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos está divulgada na nota explicativa nº 28. A seguir apresentamos as movimentações da controlada e consolidadas dos exercícios 2024 e 2023:

Controladora	31.03.2023	Adições	Juros e variações apropriados	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31.03.2024
Contas a pagar por aquisição de ações próprias	115.926	–	(115)	(16.231)	(6.995)	92.585
Contas a pagar por aquisição de ativos	83.984	10.122	(6.257)	(23.593)	(14.969)	49.287
	199.910	**10.122**	**(6.372)**	**(39.824)**	**(21.964)**	**141.872**

	31.03.2022	Adições	Juros e variações apropriados	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31.03.2023
Contas a pagar por aquisição de ações próprias	129.844	–	4.581	(6.576)	(11.923)	115.926
Contas a pagar por aquisição de ativos	103.104	20.654	7.272	(47.046)	–	83.984
	232.948	**20.654**	**11.853**	**(53.622)**	**(11.923)**	**199.910**

Consolidado	31.03.2023	Adições	Juros e variações apropriados	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31.03.2024
Contas a pagar por aquisição de ações próprias	115.926	–	(115)	(14.692)	(8.534)	92.585
Contas a pagar por aquisição de ativos	90.049	10.122	(6.257)	(21.355)	(7.272)	65.287
	205.975	**10.122**	**(6.372)**	**(36.047)**	**(15.806)**	**157.872**

	31.03.2022	Adições	Juros e variações apropriados	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31.03.2023
Contas a pagar por aquisição de ações próprias	129.844	–	4.581	(10.992)	(7.507)	115.926
Contas a pagar por aquisição de ativos	103.104	20.654	7.272	(40.981)	–	90.049
	232.948	**20.654**	**11.853**	**(51.973)**	**(7.507)**	**205.975**

Veja política contábil na nota explicativa 7 (j).

18. Financiamentos - Cooperativa:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Moeda nacional		
Repasse de recursos - juros médios de 13,06% a.a.	27.618	25.533
Passivo circulante	4.945	–
Passivo não circulante	22.673	25.533

Correspondem a recursos repassados pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo a título de empréstimos e são substancialmente compostos por valores decorrentes de operações *sub-judice*, garantidas por Letras de Câmbio, avais da Diretoria e produção de açúcar e etanol.

A seguir apresentamos a movimentação no exercício:

	31.03.2022	Captações	Juros apropriados	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31.03.2023
Financiamentos - Cooperativa	28.812	–	1.418	(3.490)	(1.207)	25.533
	28.812	**–**	**1.418**	**(3.490)**	**(1.207)**	**25.533**

	31.03.2023	Captações	Juros apropriados	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31.03.2024
Financiamentos - Cooperativa	25.533	3.883	1.192	(1.982)	(1.008)	27.618
	25.533	**3.883**	**1.192**	**(1.982)**	**(1.008)**	**27.618**

Veja política contábil na nota explicativa 7 (j).

19. Financiamentos: A seguir demonstramos as principais informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos, na Controladora e no Consolidado, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 28.

Controladora			Vencimento			Saldo devedor	
Modalidade	Moeda	Encargos	De	Até	Garantias	2024	2023
Debêntures (iv)	R$	IPCA (15) + 6,4400% a.a.	04/07/2023	16/06/2031	Aval + Contrato cessão energia	207.766	–
Debêntures (v)	R$	IPCA (15) + 6,15% a.a. e IPCA + 6,33 a.a.	21/02/2024	17/02/2031	Aval	271.851	–
Debêntures (ii)	R$	IPCA (15) + 4,4500% a.a.	24/06/2021	16/07/2029	Aval	176.244	169.036
Debêntures (i)	R$	IPCA (15) + 2,6125% a.a.	23/10/2019	15/10/2026	Aval	197.189	252.323
Debêntures (iii)	R$	IPCA (15) + 7,4000% a.a.	29/07/2022	15/08/2029	Aval	212.330	203.709
Cédula de Crédito Bancário - CCB	R$	Juros de 1,5% a.a. + CDI (100%)	26/03/2021	23/03/2032	Aval	1.306	1.473
CPRF	R$	Juros de 1,5% a.a. CDI (100%)	05/05/2022	08/05/2028	Aval	64.837	56.843
Nota de Crédito Exportação - NCE	R$	Juros de 1,70% a 1,80% a.a. + CDI (100%)	24/01/2013	01/11/2023	Aval + Alienação fiduciária Cana-de-Açúcar	–	3.377
Cédula de Crédito Exportação - CCE	R$	Juros de 1,5% a.a. CDI (100%)	22/06/2018	11/05/2026	Aval + penhor de Cana-de-Açúcar	43.491	61.310
Cédula de Crédito Bancário - CCB	R$	Juros de 1,50% a.a. + CDI (100%)	24/03/2023	24/03/2028	Aval	100.186	100.334
Nota de Crédito Exportação - NCE	R$	Juros de 119% a 120% a.a. do CDI (100%)	22/10/2018	16/02/2027	Aval Acionistas	27.666	37.741
Finame/BNDES	R$	Juros de 2,50% a.a. até 8,50% a.a.	15/12/2009	15/01/2025	Aval Acionistas + Equipamento Financiado	9.664	16.193
Finame/BNDES	R$	TJLP acrescida de 2,65% a.a. até 5,70% a.a.	15/04/2009	15/12/2025	Aval Acionistas + Equipamento Financiado	1.015	1.045
Finame/BNDES	R$	SELIC acrescida de 3,58% a.a. até 3,90% a.a.	15/03/2016	15/05/2023	Aval Acionista + Equipto. Financiado	–	632
Finame/BNDES	R$	TLP IPCA acrescida de 4,85% a.a.	27/08/2019	16/07/2035	Hipoteca Descalvado	52.678	57.320
CPRF	R$	Juros 1,70% a.a. + CDI (100%)	22/09/2017	06/09/2023	Aval + Contrato cessão energia	–	5.619
CPRF	R$	Juros 1,52% a.a. + CDI (100%)	30/01/2018	30/01/2026	Aval + Contrato cessão energia	49.508	65.022
CPRF	R$	Juros CDI + 1,05% a.a. até 1,45% a.a.	12/04/2019	28/04/2025	Aval	48.751	73.426
CPRF	R$	Juros 1,80% a.a. + CDI (100%)	19/02/2021	19/01/2027	Aval	38.882	51.949
Securitização 25 anos	R$	Juros de 3,00% a.a.	31/10/2006	31/10/2025	Aval + hipoteca	17	27
						1.503.381	**1.157.379**
					Circulante	**312.053**	**254.988**
					Não circulante	**1.191.328**	**902.391**

Consolidado			Vencimento			Saldo devedor	
Modalidade	Moeda	Encargos	De	Até	Garantias	2024	2023
Debêntures (iv)	R$	IPCA (15) + 6,4400% a.a.	04/07/2023	16/06/2031	Aval + Contr

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ipiranga Agroindustrial S.A. *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora	
Passivo:	**2024**	**2023**
- Fornecedores e outras contas a pagar		
- Ipiranga Bioenergia Iacanga S.A.	(372)	(290)
- Ipiranga Bioenergia Mococa S.A.	(134)	(206)
	(506)	**(496)**

	Controladora	
	2024	**2023**
- Parcerias agrícolas e arrendamentos a pagar		
- Passivo circulante - Ipiranga Agrícola S.A. (iii)	(6.013)	(7.204)
- Passivo não circulante - Ipiranga Agrícola S.A. (iii)	(69.381)	(77.119)
	(75.394)	**(84.323)**
- Passivo fiscal diferido		
- Passivo não circulante - Ipiranga Agrícola S.A. (iii)	1.251	3.099
	1.251	**3.099**

	Controladora	
	2024	**2023**
Receita operacional líquida		
Ipiranga Bioenergia Iacanga S.A. (i)	(2.538)	1.869
Ipiranga Bioenergia Mococa S.A. (i)	1.330	3.336
Ipiranga Agrícola S.A. (iii)	14.699	13.531
	14.699	**18.736**
Custo dos produtos vendidos		
Ipiranga Bioenergia Iacanga S.A. (ii)	(2.538)	(1.869)
Ipiranga Bioenergia Mococa S.A. (ii)	(1.330)	(3.336)
Ipiranga Agrícola S.A. (iii)	(10.884)	(7.551)
	(14.752)	**(12.756)**
Despesas financeiras		
Ipiranga Agrícola S.A. (iii)	(7.493)	(7.153)
	(7.493)	**(7.153)**

(i) Refere-se à venda de vapor à Ipiranga Bioenergia Iacanga S.A. e Ipiranga Bioenergia Mococa S.A. para produção de energia elétrica, em condições específicas, determinadas em contrato de compra e venda, sem prazo de vigência e atualizados anualmente. (ii) Refere-se à compra de energia elétrica e vapor da Ipiranga Bioenergia Iacanga S.A. e Ipiranga Bioenergia Mococa S.A., em condições específicas, determinadas em contrato de compra e venda, sem prazo de vigência e atualizados anualmente. (iii) Refere-se ao impacto da contabilização do direito de uso e da despesa financeira do contrato de parceria agrícola com a Ipiranga Agrícola S.A. As operações entre as partes relacionadas estão sendo realizadas com base em termos e condições acordadas entre as partes. **22. Mútuo - Cooperativa:** As operações de mútuo são classificadas como passivos financeiros demonstrados ao custo amortizado. As operações não têm prazos de vencimentos estabelecidos e não possuem incremento de juros. **23. Provisão para contingências e depósitos judiciais:** A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza tributários, trabalhistas e cíveis, todos em razão do curso normal das operações. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. Em 31 de março de 2024 e 2023 não havia necessidade de constituição de provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A Companhia e suas controladas possuem outras contingências passivas envolvendo questões fiscais, trabalhistas e cíveis no montante estimado em 31 de março de 2024 de R$ 131.053 (R$ 124.475 em 31 de março de 2023). Em razão do estágio em que se encontram essas ações e em função dos consultores jurídicos considerarem possíveis as chances de perda, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras. **Depósitos judiciais:** Em 31 de março de 2024 o saldo de depósitos judiciais totalizava R$ 82.306 (R$ 64.466 em 31 de março de 2023), referentes a depósitos judiciais de natureza trabalhistas, cíveis e tributários. Parte substancial desses depósitos refere-se aos levantamentos de valores referentes ao IAA (nota explicativa nº 10) no montante de R$ 78.689 (R$ 61.047 em 31 de março de 2023). Adicionalmente, a Companhia também efetuou depósitos judiciais tributários relacionados a PIS e COFINS e IR e CS. Veja políticas contábeis nas notas explicativas 7 (m). **24. Patrimônio líquido: a. Capital social - Controladora:** O capital social da Companhia no montante de R$ 676.003 em 31 de março de 2024 e 2023 está representado nestas datas-bases por 162.626.303 ações sem valor nominal, conforme abaixo:

			2024 e 2023
Acionistas	**Nº de ações**	**Valor das ações R$**	**%**
Santana Administração e Participações S.A.	138.224.919	574.571	85,00
ND3 Bioernergia Ltda.	12.200.692	50.716	7,50
LCunali Agrícola e Participações Ltda.	12.200.692	50.716	7,50
Total	162.626.303	676.003	100

b. Reservas de lucros: ***Reserva legal:*** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. ***Reserva de retenção de lucros:*** Constituída em função do lucro do exercício após a reserva legal, bem como dos dividendos. Está à disposição dos acionistas. Em 31 de março de 2024, a reserva de lucros excedeu o capital social e, conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76, na próxima AGO (Assembleia Geral Ordinária), esse excedente será deliberado e destinado para integralização do capital, ou destinação de dividendos. **c. Ajustes de avaliação patrimonial:** A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui: • Efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 na data de transição pela Companhia e suas controladas, deduzido do respectivo IR e CS diferidos classificado no passivo não circulante, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem; • Variações líquidas acumuladas do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que os ativos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável; e • Diferença entre o valor patrimonial e o valor justo das ações adquiridas pela Companhia em 31 de janeiro de 2017 de parte dos acionistas da ND3 Bioenergia Ltda. **d. Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 5% do resultado do exercício após a constituição das reservas previstas em lei e no próprio estatuto. Em 29 de dezembro de 2021 foram distribuídos dividendos de lucros acumulados de períodos anteriores a 31 de março de 2021, no valor de R$ 124.696, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária (AGE). Ficou definido conforme Terceiro Aditivo do Acordo de Acionista de 25 de outubro de 2021, que as partes acordam, expressamente, em suspender a distribuição de dividendos, pelo prazo de 06 (seis) anos, a contar do exercício 2021/2022, ficando estabelecido que não haverá distribuição de dividendo aos Acionistas nos exercícios de 2021/2022 a 2026/2027, com exceção dos lucros acumulados até 31/03/2021, que poderão ser distribuídos a critério dos acionistas. Veja políticas contábeis na nota explicativa nº 7 (i). **25. Receita operacional líquida:** Veja políticas contábeis na nota explicativa nº 7 (b). **a. Fluxos da receita:** A Companhia e suas controladas geram receita principalmente pela venda de açúcar e etanol e seus derivados e receita de venda de energia elétrica. A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentadas na demonstração do resultado é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Receita bruta fiscal	2.591.033	2.060.948	2.654.458	2.137.934
Devolução	(3.913)	(863)	(3.916)	(863)
Impostos sobre vendas	(181.703)	(95.452)	(184.220)	(98.489)
	2.405.417	1.964.633	2.466.322	2.038.582

b. Desagregação da receita de contratos com clientes: Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Venda de produtos no mercado externo	1.372.815	798.556	1.372.815	798.556
Açúcar	1.276.043	700.168	1.276.043	700.168
Etanol	96.772	98.388	96.772	98.388
Venda de produtos no mercado interno	1.218.218	1.262.392	1.281.643	1.339.378
Açúcar	126.348	83.384	126.348	83.384
Etanol	926.755	1.025.358	926.755	1.025.359
Cana-de-açúcar	16.968	8.136	13.234	8.136
Energia elétrica (i)	–	–	63.291	77.635
CBIOs	33.964	36.385	33.964	36.385
Outros	114.183	109.129	118.051	108.479
Total da receita bruta	**2.591.033**	**2.060.948**	**2.654.458**	**2.137.934**

(i) Receita de energia por tipo de contrato:

	Consolidado	
	2024	**2023**
CCEE (ii)	34.387	32.559
Mercado livre (ii)	28.904	45.076
Total	63.291	77.635

(ii) Os contratos de venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e do mercado livre têm as seguintes características:

Empreendimento/SPE	**Tipo**	**Energia contratada (MWh)**	**Preço contratado (MWh)**	**Índice de reajuste**	**Reajuste**
Bio Iacanga	CCEE	100.752	341,31	IPCA	Anual
Bio Iacanga	Mercado livre	61.896	103,45	IPCA	Anual
Bio Mococa	Mercado livre	162.791	131,93	IPCA	Anual

26. Gastos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
Custos e despesas por natureza	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Gastos com pessoal	(84.948)	(68.691)	(84.689)	(68.464)
Matéria-prima adquirida de terceiros	(229.288)	(158.761)	(229.288)	(158.761)
CCT - Corte, Carregamento e Transporte	(244.233)	(210.216)	(244.233)	(210.216)
Consumo ativo biológico - tratos culturais	(358.779)	(337.336)	(358.779)	(337.336)
Depreciação e amortização	(374.796)	(320.529)	(373.506)	(320.529)
Amortização do direito de uso de arrendamento	(336.086)	(343.403)	(335.065)	(341.536)
Insumos e materiais de consumo - industrial	(50.918)	(46.561)	(50.199)	(46.456)
Serviços de terceiros - industrial	(19.854)	(13.411)	(19.270)	(13.131)
Custos e incentivos - cooperativa (i)	(112.584)	(82.026)	(112.584)	(82.026)
Despesas com comercialização e logística	(21.716)	(11.815)	(21.716)	(11.815)
Ação de Preços - IAA	82.808	31.016	82.808	31.016
Demais (custos e despesas) e receitas	67.594	(6.752)	62.928	(6.284)
Total custos e despesas operacionais	**(1.682.800)**	**(1.568.485)**	**(1.683.593)**	**(1.565.538)**
Reconciliação com os custos e despesas classificados por função:				
Custo dos produtos vendidos	(1.765.994)	(1.588.777)	(1.761.547)	(1.585.368)
Despesas comerciais	(21.716)	(11.185)	(21.716)	(11.185)
Despesas administrativas e gerais	(40.713)	(35.129)	(41.026)	(35.231)
Outras receitas operacionais líquidas	145.623	66.606	140.696	66.246
Total dos custos e despesas classificados por função	**(1.682.800)**	**(1.568.485)**	**(1.683.593)**	**(1.565.538)**

(i) Despesas repassadas pela Cooperativa e amparada pelo Contrato de Safra de Produção de Açúcar e Etanol.

27. Resultado financeiro líquido:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	46.388	18.854	57.240	29.545
Ganhos em operações com derivativos - MTM	57.466	36.087	57.466	36.087
Juros repassados pela Cooperativa (i)	16.826	10.534	16.826	10.534
Juros sobre obrigações a pagar por aquisições de participações	9.378	9.147	9.378	9.147
Variação monetária de obrigações a pagar por aquisições ativos	6.219	–	6.219	–
Variação cambial ativa	365	182	365	182
Receitas com derivativos	1.018	–	1.018	–
Ajuste a valor presente - mútuo Cooperativa	–	2.841	–	2.841
Outras receitas	4.231	6.690	4.960	6.691
	141.891	**84.335**	**153.472**	**95.027**
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos bancários	(131.950)	(101.192)	(132.158)	(101.420)
Perdas em operações com derivativos - MTM	(39.606)	(17.476)	(39.606)	(17.476)
Juros sobre financiamentos - Cooperativa	(1.127)	(1.369)	(1.127)	(1.369)
Juros repassados pela Cooperativa (i)	(1.815)	(3.942)	(1.815)	(3.942)
Juros sobre obrigações a pagar por aquisições de participações	(9.225)	(11.513)	(9.225)	(11.513)
Variação monetária de obrigações a pagar por aquisições ativos	–	(11.811)	–	(11.811)
Despesas com derivativos	(35.752)	(26.837)	(35.752)	(26.837)
Ajuste a valor presente - mútuo Cooperativa	–	(262)	–	(262)
Juros sobre parcerias agrícolas e arrendamentos a pagar	(103.150)	(98.212)	(95.658)	(91.059)
Variação cambial passiva	(254)	–	(354)	–
Outras despesas	(1.912)	(3.414)	(2.294)	(3.616)
	(324.791)	**(276.028)**	**(317.989)**	**(269.305)**
Resultado financeiro líquido	**(182.900)**	**(191.693)**	**(164.517)**	**(174.278)**

(i) Receitas e Despesas repassadas pela Cooperativa e amparadas pelo Contrato de Safra de Produção de Açúcar e Etanol. Veja políticas contábeis na nota explicativa nº 7 (c).

28. Instrumentos financeiros: a. Classificação contábil e valores justos: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Controladora

			Valor contábil					Valor justo
31 de março de 2024	**Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**	**Valor justo por meio de resultado (VJR)**	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Passivos financeiros a custo amortizado**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo									
Aplicações financeiras	–	999.091	–	–	999.091	–	999.091	–	999.091
Outros investimentos	8.043	–	–	–	8.043	–	8.043	–	8.043
Instrumentos financeiros derivativos	–	39.382	–	–	39.382	–	39.382	–	39.382
	8.043	**1.038.473**	**–**	**–**	**1.046.516**	**–**	**1.046.516**	**–**	**1.046.516**
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo									
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	264	–	264	–	–	–	–
Contas correntes - Cooperativa	–	–	122.391	–	122.391	–	–	–	–
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	–	–	36.202	–	36.202	–	–	–	–
Empréstimos a terceiros	–	–	8.788	–	8.788	–	–	–	–
	–	**–**	**167.645**	**–**	**167.645**	**–**	**–**	**–**	**–**
Passivos financeiros mensurados ao valor justo									
Financiamentos	–	–	–	1.503.381	1.503.381	–	1.503.381	–	1.503.381
Instrumentos financeiros derivativos	–	1.776	–	–	1.776	–	1.776	–	1.776
Financiamentos - Cooperativa	–	–	–	27.618	27.618	–	27.618	–	27.618
Mútuo - Cooperativa	–	–	–	11.351	11.351	–	11.351	–	11.351
Obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos	–	–	–	131.750	131.750	–	131.750	–	131.750
	–	**1.776**	**–**	**1.674.100**	**1.675.876**	**–**	**1.675.876**	**–**	**1.675.876**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo									
Fornecedores	–	–	–	142.393	142.393	–	–	–	–
Parcerias agrícolas e arrendamentos a pagar	–	–	–	1.863.255	1.863.255	–	–	–	–
	–	**–**	**–**	**2.005.648**	**2.005.648**	**–**	**–**	**–**	**–**

Controladora

			Valor contábil					Valor justo
31 de março de 2023	**Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**	**Valor justo por meio de resultado (VJR)**	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Passivos financeiros a custo amortizado**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo									
Aplicações financeiras	–	325.579	–	–	325.579	–	325.579	–	325.579
Outros investimentos	8.043	–	–	–	8.043	–	8.043	–	8.043
Instrumentos financeiros derivativos	–	21.522	–	–	21.522	–	21.522	–	21.522
	8.043	347.101	–	–	355.144	–	355.144	–	355.144
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo									
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	108	–	108	–	–	–	–
Contas correntes - Cooperativa	–	–	212.347	–	212.347	–	–	–	–
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	–	–	77.413	–	77.413	–	–	–	–
Empréstimos a terceiros	–	–	34.788	–	34.788	–	–	–	–
	–	–	324.656	–	324.656	–	–	–	–
Passivos financeiros mensurados ao valor justo									
Financiamentos	–	–	–	1.157.379	1.157.379	–	1.063.263	–	1.063.263
Instrumentos financeiros derivativos	–	1.776	–	–	1.776	–	1.776	–	1.776
Financiamentos - Cooperativa	–	–	–	25.533	25.533	–	25.533	–	25.533
Mútuo - Cooperativa	–	–	–	12.613	12.613	–	12.613	–	12.613
Obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos	–	–	–	199.910	199.910	–	199.910	–	199.910
	–	1.776	–	1.395.435	1.397.211	–	1.303.094	–	1.303.094
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo									
Fornecedores	–	–	–	138.272	138.272	–	–	–	–
Parcerias agrícolas e arrendamentos a pagar	–	–	–	1.365.470	1.365.470	–	–	–	–
	–	–	–	1.503.742	1.503.742	–	–	–	–

Consolidado

			Valor contábil					Valor justo
31 de março de 2024	**Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**	**Valor justo por meio de resultado (VJR)**	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Passivos financeiros a custo amortizado**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo									
Aplicações financeiras	–	1.077.429	–	–	1.077.429	–	1.077.429	–	1.077.429
Outros investimentos	8.043	–	–	–	8.043	–	8.043	–	8.043
Instrumentos financeiros derivativos	–	39.382	–	–	39.382	–	39.382	–	39.382
	8.043	1.116.811	–	–	1.124.854	–	1.124.854	–	1.124.854
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo									
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	302	–	302	–	–	–	–
Contas correntes - Cooperativa	–	–	122.391	–	122.391	–	–	–	–
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	–	–	41.539	–	41.539	–	–	–	–
Empréstimos a terceiros	–	–	8.788	–	8.788	–	–	–	–
	–	–	173.020	–	173.020	–	–	–	–
Passivos financeiros mensurados ao valor justo									
Financiamentos bancários	–	–	–	1.509.737	1.509.737	–	1.509.737	–	1.509.737
Instrumentos financeiros derivativos	–	1.776	–	–	1.776	–	1.776	–	1.776
Financiamentos - Cooperativa	–	–	–	27.618	27.618	–	27.618	–	27.618
Mútuo - Cooperativa	–	–	–	11.351	11.351	–	11.351	–	11.351
Obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos	–	–	–	147.750	147.750	–	147.750	–	147.750
	–	1.776	–	1.696.456	1.698.232	–	1.698.232	–	1.698.232
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo									
Fornecedores	–	–	–	144.698	144.698	–	–	–	–
Parcerias agrícolas e arrendamentos a pagar	–	–	–	1.786.659	1.786.659	–	–	–	–
	–	–	–	1.931.357	1.931.357	–	–	–	–

Consolidado

			Valor contábil					Valor justo
31 de março de 2023	**Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**	**Valor justo por meio de resultado (VJR)**	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Passivos financeiros a custo amortizado**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo									
Aplicações financeiras	–	436.196	–	–	436.196	–	436.196	–	436.196
Outros investimentos	8.043	–	–	–	8.043	–	8.043	–	8.043
Instrumentos financeiros derivativos	–	21.522	–	–	21.522	–	21.522	–	21.522
	8.043	457.718	–	–	465.761	–	465.761	–	465.761
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo									
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	763	–	763	–	–	–	–
Contas correntes - Cooperativa	–	–	212.347	–	212.347	–	–	–	–
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	–	–	78.290	–	78.290	–	–	–	–
Empréstimos a terceiros	–	–	34.788	–	34.788	–	–	–	–
	–	–	326.188	–	326.188	–	–	–	–
Passivos financeiros mensurados ao valor justo									
Financiamentos bancários	–	–	–	1.164.298	1.164.298	–	1.068.107	–	1.068.107
Instrumentos financeiros derivativos	–	1.776	–	–	1.776	–	1.776	–	1.776
Financiamentos - Cooperativa	–	–	–	25.533	25.533	–	25.533	–	25.533
Mútuo - Cooperativa	–	–	–	12.613	12.613	–	12.613	–	12.613
Obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos	–	–	–	205.975	205.975	–	205.975	–	205.975
	–	1.776	–	1.408.419	1.410.195	–	1.314.004	–	1.314.004
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo									
Fornecedores	–	–	–	137.960	137.960	–	–	–	–
Parcerias agrícolas e arrendamentos a pagar	–	–	–	1.281.147	1.281.147	–	–	–	–
	–	–	–	1.419.107	1.419.107	–	–	–	–

A Diretoria

b. Mensuração do valor justo: O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas-bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis. Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2024. **c. Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia e suas controladas possuem exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e, • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e de suas controladas, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital. ***Estrutura do gerenciamento de risco:*** A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. *(i) Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é proveniente das contas a receber de clientes e de outros recebíveis conforme apresentado abaixo. **Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia e suas controladas têm como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha. **Exposição a risco de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	9	999.355	325.687	1.077.731	433.358
Aplicações financeiras	9	–	–	7.808	3.601
Contas correntes - cooperativa	10	122.391	212.347	122.391	212.347
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		36.202	77.413	41.539	78.290
Empréstimos a terceiros	15	8.788	34.788	8.788	34.788
Adiantamentos a fornecedores	12	16.748	10.770	27.352	10.770
Instrumentos financeiros derivativos	32	39.382	21.522	39.382	21.522
		1.222.866	682.527	1.324.991	794.676
Ativo circulante		1.174.696	639.447	1.269.013	747.995
Ativo não circulante		48.170	43.080	55.978	46.681

Contas correntes - Cooperativa: Toda a receita de venda de produtos da Companhia é gerada via transações com a Cooperativa, para a qual a Companhia entrega toda a sua produção de açúcar e etanol. A Cooperativa, por sua vez, tem contrato de longo prazo com a Copersucar S.A. e suas subsidiárias, no qual estão definidos preço e prazo médio de recebimento. A Companhia opera no modelo cooperativo e não apresenta histórico de perdas. Assim, provisões para perdas com tais créditos não são constituídas pela Companhia. **Contas a receber e outros recebíveis:** Basicamente representada por clientes compradores de subprodutos da Companhia e de suas controladas, bem como cana-de-açúcar. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Não há concentração de risco de crédito. Além disso, as vendas se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário (principalmente no período de safra, que vai de março a dezembro de cada ano calendário) o que possibilita à Companhia e suas controladas interromper entregas a clientes que porventura se apresentem como potencial risco de crédito. Para clientes que apresentam histórico de não cumprimento de suas obrigações financeiras a Companhia e suas controladas procuram trabalhar com pagamentos antecipados. Não há histórico de perdas significativas e de riscos excessivos em valores a receber que justifiquem a constituição de provisão para perdas no recebimento. **Garantias:** A política da Companhia e de suas controladas é a de fornecer garantias financeiras apenas para Companhias do grupo. *(ii) Risco de liquidez:* Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia e suas controladas utilizam de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia e suas controladas têm como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*. **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, está o valor contábil e os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Controladora

						2024
	Valor contábil	**Fluxo contratual**	**até 12 meses**	**entre 1 e 2 anos**	**entre 2 e 5 anos**	**acima de 5 anos**
Fornecedores	142.393	142.393	142.393	–	–	–
Parceria agrícola e arrendamentos a pagar	1.863.255	3.315.832	356.019	331.069	781.127	1.847.617
Financiamentos - Cooperativa	27.618	27.618	4.945	22.673	–	–
Financiamentos	1.503.381	2.065.672	297.376	306.734	1.395.528	66.034
Obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos	131.750	131.750	37.607	46.143	48.000	–
Instrumentos financeiros derivativos	1.776	1.776	–	1.776	–	–
Mútuo - Cooperativa	11.351	11.351	–	11.351	–	–
	3.717.354	**5.732.222**	**838.340**	**755.576**	**2.224.655**	**1.913.651**
Circulante						
Não circulante						

						2023
	Valor contábil	**Fluxo contratual**	**até 12 meses**	**entre 1 e 2 anos**	**entre 2 e 5 anos**	**acima de 5 anos**
Fornecedores	138.272	138.272	138.272	–	–	–
Parceria agrícola e arrendamentos a pagar	1.365.470	1.756.372	295.205	295.618	249.917	915.632
Financiamentos - Cooperativa	25.533	25.533	3.242	1.891	1.224	19.176
Financiamentos	1.157.379	1.569.430	249.081	283.087	1.003.295	33.967
Obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos	199.910	199.910	53.136	49.163	97.611	–
Instrumentos financeiros derivativos	1.776	1.776	–	1.776	–	–
Mútuo - Cooperativa	12.613	12.613	–	12.613	–	–
	2.900.953	**3.703.906**	**738.936**	**644.148**	**1.352.047**	**968.775**
Circulante	674.301	674.301	–	–	–	–
Não circulante	2.226.652	3.029.605	738.936	644.148	1.352.047	968.775

Consolidado

						2024
	Valor contábil	**Fluxo contratual**	**até 12 meses**	**entre 1 e 2 anos**	**entre 2 e 5 anos**	**acima de 5 anos**
Fornecedores	144.698	144.698	144.698	–	–	–
Parceria agrícola e arrendamentos a pagar	1.786.659	3.199.762	339.592	314.794	732.841	1.812.535
Financiamentos - Cooperativa	27.618	27.618	4.945	22.673	–	–
Financiamentos	1.509.737	2.073.167	298.129	307.468	1.398.939	68.631
Obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos	147.750	147.750	39.607	60.143	48.000	–
Instrumentos financeiros derivativos	1.776	1.776	–	1.776	–	–
Mútuo - Cooperativa	11.351	11.351	–	11.351	–	–
	3.629.589	**5.606.122**	**826.971**	**754.035**	**2.179.780**	**1.881.166**
Circulante						
Não circulante						

						2023
	Valor contábil	**Fluxo contratual**	**até 12 meses**	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Fornecedores	137.960	137.960	137.960	–	–	–
Parceria agrícola e arrendamentos a pagar	1.281.147	1.639.528	282.386	281.119	235.419	840.604
Financiamentos - Cooperativa	25.533	25.533	3.242	1.891	1.224	19.176
Financiamentos	1.164.298	1.577.699	249.852	283.842	1.006.793	37.212
Obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos	205.975	205.975	59.201	49.163

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Sexta-feira, 7 de junho de 2024

continuação

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ipiranga Agroindustrial S.A.

Aos Diretores e acionistas da Ipiranga Agroindustrial S.A. - Iacanga - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ipiranga Agroindustrial S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ipiranga Agroindustrial S.A. em 31 de março de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração do valor justo do ativo biológico:** Ver notas explicativas nºs. 7 g e 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria:** A Companhia mensura o seu ativo biológico de cana-de-açúcar ao valor justo menos despesas com vendas. Essa mensuração requer julgamento crítico na determinação das diversas premissas adotadas pela Companhia, principalmente relacionadas à área total estimada de colheita, produtividade estimada desses canaviais (toneladas de cana-de-açúcar por hectares), a quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido ao grau de julgamento na determinação das premissas utilizadas na mensuração do valor justo e ao impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram: - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, incluindo produtividade estimada desses canaviais, a quantidade de açúcar total recuperável - ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto e comparação das principais premissas com informações históricas disponíveis, bem como, análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas; - Recálculo matemático do valor presente determinado com base nos fluxos de caixa projetados e descontados; e - Avaliação também se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes, em relação às premissas utilizadas na mensuração do ativo biológico. Com base nos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que a mensuração do valor justo do ativo biológico, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2024. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 29 de maio de 2024

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Daniel Marino de Toledo
Contador - CRC 1SP249851/O-8

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5AAE-00EF-8969-784B.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5AAE-00EF-8969-784B.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 07/06/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5AAE-00EF-8969-784B ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5AAE-00EF-8969-784B

Hash do Documento

1EAF4386D26E0C63FDF38673610DB5432D5F9ADB0F1C22939F7F78CF416D27ED

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/06/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 07/06/2024 00:07 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24